

COMISSÃO DE ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 2.351, DE 2015.

Cria o Fundo Nacional de Apoio ao Esporte Olímpico (FUNAESPO), define os recursos para seu financiamento e estabelece os critérios para sua utilização.

Autor: Deputado **Veneziano Vital do Rêgo**

Relator: Deputado **José Airton**

VOTO EM SEPARADO

DEPUTADO FÁBIO REIS

Segundo o ilustre relator do Projeto de Lei n.º 2.351/2015 nesta Comissão de Esporte, Deputado José Airton, os mecanismos existentes na legislação federal para financiamento do esporte já são suficientes para amparar a construção de vilas olímpicas em Estados e Municípios. Em meu entendimento, não são.

De fato, a Lei n.º 9.615, de 1998 (Lei Pelé), alterada pela Lei n.º 10.264, de 2001 (Lei Agnelo-Piva), prevê que os dois por cento da arrecadação bruta das loterias federais destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paralímpico Brasileiro sejam utilizados para a “construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas”. Ocorre que vilas olímpicas não são instalações esportivas. Podem conter equipamentos esportivos, mas, numa interpretação mais rigorosa, diferem de instalações esportivas. Seu principal objetivo é a acomodação e alojamento de atletas.

Outro mecanismo de financiamento mencionado, a Lei n.º 10.891, de 2004, institui programa de pagamento de bolsas para atletas. Tem, portanto, objetivo muito diferente do que propõe a proposição em exame.

A Lei n.º 11.438, de 2006 (Lei de Incentivo ao Esporte), também citada no parecer do ilustre relator, incentiva, por meio de benefícios fiscais, o patrocínio da iniciativa privada a projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. E, em tese, poderiam ser aceitos projetos de construção de vilas olímpicas. Ocorre que a aprovação de projetos não significa sua efetiva realização. Se a iniciativa privada não se interessar e não houver captação dos recursos necessários, nada feito. E um dos desafios dessa forma de financiamento tem sido o de buscar impulsionar a captação, que tem sido muito inferior à demanda aprovada.

Diante desses problemas e impedimentos, a proposta da criação de um fundo de natureza contábil em favor de projetos de vilas olímpicas e paraolímpicas em Estados e Municípios me parece oportuna. E a destinação de dois por cento do montante arrecadado pela Timemania para o referido Fundo é viável, necessita apenas de alguns reparos, para, na Lei n.º 11.345, de 2006, que instituiu essa loteria, redistribuirmos os seus. Propomos que os dois por cento da arrecadação da loteria venham da redução do prêmio, de 46% para 44% da arrecadação.

Somos, portanto, no que se refere ao mérito desportivo, campo temático desta Comissão, favorável à aprovação do Projeto de Lei n.º 2.351, de 2015, de autoria do ilustre Deputado Veneziano Vital do Rêgo, com as emendas anexas.

Sala da Comissão, em 01 de dezembro de 2015.

Deputado FÁBIO REIS

COMISSÃO DE ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 2.351, DE 2015

Cria o Fundo Nacional de Apoio ao Esporte Olímpico (FUNAESPO), define os recursos para seu financiamento e estabelece os critérios para sua utilização.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao inciso I do art. 3.º do projeto a seguinte redação:

"Art. 3.º

I – 2% (dois por cento) do recursos arrecadados com a realização do concurso de prognóstico instituído pela Lei n.º 11.345, de 14 de setembro de 2006.

....."

Sala da Comissão, em 01 de dezembro de 2015.

Deputado FÁBIO REIS

COMISSÃO DE ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 2.351, DE 2015

Cria o Fundo Nacional de Apoio ao Esporte Olímpico (FUNAESPO), define os recursos para seu financiamento e estabelece os critérios para sua utilização.

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se o seguinte artigo ao projeto renumerando-se os demais:

"Art. 4º. O art. 2º da Lei n.º 11.345, de 14 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O total dos recursos arrecadados com a realização do concurso de que trata o art. 1º desta Lei terá exclusivamente a seguinte destinação:

I - 44% (quarenta e quatro por cento), para o valor do prêmio;

.....
VIII – 2% (dois por cento), para o Fundo Nacional do Esporte (FUNAESPO); e

IX - 1% (um por cento), para o orçamento da seguridade social.

....." (NR)"

Sala da Comissão, em 01 de dezembro de 2015.

Deputado FÁBIO REIS